



70
2

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Recurso de Agravo nos autos da Apelação Cível nº 309972-3

Agravante: Município de Vitória de Santo Antão

Procurador: Manuela Vasconcelos de Andrade

Agravado: Enedino Soares de Oliveira

Advogado: Paulo Simplicio Bandeira

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL E CONSTITUCIONAL. RECURSO DE AGRAVO. MUNICÍPIO. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. LITISCONSÓRCIO. REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR - RPV. CRÉDITOS CONSIDERADOS INDIVIDUALMENTE. PRECEDENTES DO STJ. RECURSO IMPROVIDO À UNANIMIDADE DE VOTOS.

1. Trata-se de Recurso de Agravo interposto contra decisão terminativa proferida nestes autos de Apelação Cível, que, com base no art. 557, *caput*, do CPC, negou seguimento ao recurso, mantendo-se a sentença fustigada em todos os seus termos, a qual julgou improcedentes os Embargos à Execução nº 0002543-62.2010.8.171590 e determinou a satisfação dos créditos dos exequentes através de RPV.

2. A Constituição da República, em seu art. 100, *caput* e §1º, estabelece a obrigatoriedade da inscrição em precatórios dos débitos da Fazenda Pública decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado, com a devida preferência no que concerne aos créditos de natureza alimentar. Por outro lado, a Emenda Constitucional nº 20/98, posteriormente alterada pela Emenda nº 30/2000, inseriu exceção ao regime dos precatórios ao incluir o §3º no sobredito art. 100, que tem a seguinte redação: "O disposto no *caput* deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor que a Fazenda Federal, Estadual, Distrital ou Municipal deva fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado".

3. No caso do Município de Vitória de Santo Antão, existe legislação infraconstitucional própria regulamentando a matéria (LC nº 02/2008), ou seja, fixando o limite cabível a fim de ser definido o levantamento do crédito através de RPV, a saber, de valor igual ou inferior a dez salários mínimos. Acontece que o próprio município executado confessa ser devedor de 50% (cinquenta por cento) do



71
8

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

salário referente ao mês de dezembro do ano de 2000. E, de acordo com a planilha de cálculo de fl. 118, o valor total da dívida gira em torno de R\$ 10.722,40 (dez mil, setecentos e vinte e dois reais e quarenta centavos), logo, trata-se de importância inferior ao teto estabelecido para os débitos de pequeno valor.

4. Destaque-se que, em caso de litisconsórcio facultativo, o valor a ser considerado para dispensa de precatório é aquele individualmente devido a cada exequente. Vale salientar que a LC nº 02/2008 refere-se o montante total do débito relativo a cada uma dos exequentes e não sobre o valor total da execução, de maneira que seu real desígnio é garantir que tanto o valor incontroverso quanto o valor total devido, por exequente, esteja abaixo do limite da RPV.

5. Precedentes: AgRg no Ag 1070665/RS, AgRg no Ag 1064622/RS, REsp 1086367/AL e REsp 909762/SP.

6. À unanimidade de votos, negou-se provimento ao Recurso de Agravo.

ACÓRDÃO

Visto, relatado e discutido o presente Recurso de Agravo nos autos da Apelação Cível nº 309972-3, acima descrito, em sessão realizada no dia 03/10/2013, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, à unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso, nos termos do Relatório e do Voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 03/10/2013.

Des. José Ivo de Paula Guimarães

Relator



172

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Recurso de Agravo nos autos da Apelação Cível nº 309972-3

Agravante: Município de Vitória de Santo Antão

Procurador: Manuela Vasconcelos de Andrade

Agravado: Enedino Soares de Oliveira

Advogado: Paulo Simplicio Bandeira

RELATÓRIO

Trata-se de Recurso de Agravo interposto contra decisão terminativa proferida nestes autos de Apelação Cível, que, com base no art. 557, *caput*, do CPC, negou seguimento ao recurso, mantendo-se a sentença fustigada em todos os seus termos, a qual julgou improcedentes os Embargos à Execução nº 0002543-62.2010.8.171590 e determinou a satisfação dos créditos dos exequentes através de RPV.

Em suas razões recursais, de fls. 55/63, o Município de Vitória de Santo Antão sustenta, em suma, a necessidade de expedição de precatório para o levantamento da quantia devida aos agravados.

Não sendo caso de retratação, submeto o feito ao julgamento desta Câmara.

É o relatório.

Recife, 03/10/2013.

Des. José Ivo de Paula Guimarães

Relator



43
2

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Recurso de Agravo nos autos da Apelação Cível nº 309972-3

Agravante: Município de Vitória de Santo Antão

Procurador: Manuela Vasconcelos de Andrade

Agravado: Enedino Soares de Oliveira

Advogado: Paulo Simplício Bandeira

VOTO

Não há o que reformar na decisão aqui recorrida, motivo pelo qual mantenho e reafirmo todos os termos da decisão proferida anteriormente. Senão vejamos.

Como cediço, a Constituição da República, em seu art. 100, *caput* e §1º, estabelece a obrigatoriedade da inscrição em precatórios dos débitos da Fazenda Pública decorrentes de sentenças judiciais transitadas em julgado, com a devida preferência no que concerne aos créditos de natureza alimentar.

Por outro lado, a Emenda Constitucional nº 20/98, posteriormente alterada pela Emenda nº 30/2000, inseriu exceção ao regime dos precatórios ao incluir o §3º no sobredito art. 100, que tem a seguinte redação: "O disposto no *caput* deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor que a Fazenda Federal, Estadual, Distrital ou Municipal deva fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado".

Não obstante, como bem pontuou o magistrado na sentença recorrida, no caso do Município de Vitória de Santo Antão, existe legislação infraconstitucional própria regulamentando a matéria (LC nº 02/2008), ou seja, fixando o limite cabível a fim de ser definido o levantamento do crédito através de RPV, a saber, de valor igual ou inferior a dez salários mínimos.

No caso em tela, consta dos autos que o próprio município executado confessa ser devedor de 50% (cinquenta por cento) do salário referente ao mês de dezembro do ano de 2000. E, de acordo com a planilha de cálculo de fl. 118, o valor total da dívida gira em torno de R\$ 10.722,40 (dez mil, setecentos e vinte e dois reais e quarenta centavos), logo, trata-se de importância inferior ao teto estabelecido para os débitos de pequeno valor.



174

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Ademais, destaque-se que, em caso de litisconsórcio facultativo, o valor a ser considerado para dispensa de precatório é aquele individualmente devido a cada exequente.

Vale salientar que a LC nº 02/2008 refere-se o montante total do débito relativo a cada uma dos exequentes e não sobre o valor total da execução, de maneira que seu real desígnio é garantir que tanto o valor incontroverso quanto o valor total devido, por exequente, esteja abaixo do limite da RPV.

Desta forma, admite-se a segmentação do valor da execução judicial para recebimento do crédito por requisição de pequeno valor na hipótese de litisconsórcio ativo facultativo em que o crédito individual de cada exequente não ultrapassa o limite para tal requisição, tendo em vista que o litisconsórcio facultativo é um poderoso instrumento de política judiciária que permite o alcance da prestação jurisdicional a um maior número de pessoas, de maneira mais célere, sendo que, embora a sentença reconheça o mesmo direito subjetivo a todos os autores, tem-se a reunião de diversas ações no mesmo processo, não ocorrendo indevido fracionamento de precatório previsto no artigo 100, §8º, da Constituição Federal.

Este entendimento se encontra esteado em jurisprudência uníssona do STJ:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. MUNICÍPIO. RPV. CRÉDITO INDIVIDUAL DE CADA EXEQUENTE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO. 1. **A jurisprudência desta Corte considera a execução promovida em regime de litisconsórcio ativo facultativo, da seguinte forma: "aferição do valor, para os fins do art. 100, § 3º, da constituição deve levar em conta o crédito individual de cada exequente (art. 4º da Resolução 373, de 25.05.2004 do Conselho da Justiça Federal).** 2. No que concerne à possibilidade de condenação da Fazenda Pública em honorários advocatícios nas execuções não embargadas em caso de obrigação de pequeno valor, este Tribunal, seguindo a orientação do STF, entendeu não ser aplicável o disposto no art. 1º-D da Lei n. 9.494/97, acrescentado pela MP n. 2.180-35/2001, quando a execução não embargada pela Fazenda for fundada em título executivo proveniente de ação civil pública ou ação coletiva, ou se referir aos casos de pagamento de obrigações definidas como de pequeno valor. 3. Agravo regimental não provido (AgRg no Ag 1070665/RS, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJ 04/08/2009). (G. N.)



175
2

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL CONTRA A FAZENDA PÚBLICA NÃO EMBARGADA. MEDIDA PROVISÓRIA 2.180-35/2001. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. CABIMENTO APENAS NAS HIPÓTESES DE PEQUENO VALOR. REAPRECIAÇÃO DOS HONORÁRIOS. INVIABILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. Nas execuções de título judicial contra a Fazenda Pública ajuizadas após a vigência da Medida Provisória 2.180-35/2001 e não embargadas, a jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que os honorários advocatícios somente serão devidos se se tratar de débitos de pequeno valor, como no caso dos autos. 2. **Promovida a execução em regime de litisconsórcio ativo facultativo, a aferição do valor para os fins de enquadramento como RPV (art. 100, § 3º, da CF) deve levar em conta o crédito individual de cada exequente.** 3. A análise da "equidade" na fixação dos honorários advocatícios exige, como regra, reexame de fatos e provas, obstado pela Súmula 7/STJ. 4. Agravo Regimental não provido (AgRg no Ag 1064622/RS, Rel. Min. Herman Benjamin, Segunda Turma, DJ 19/05/2009). (G. N.)

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO - LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA - SENTENÇA POSTERIOR À VIGÊNCIA DA LEI 9.250/95 - TAXA SELIC - INCLUSÃO - IMPOSSIBILIDADE - REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR - VALOR DO CRÉDITO DE CADA LITISCONSORTE - PRECEDENTE. 1. As Turmas que compõem a Primeira Seção desta Corte pacificaram o entendimento no sentido de que, nos casos em que a sentença cognitiva tenha sido proferida após a entrada em vigor da Lei 9.250/95, determinando a incidência de juros moratórios no percentual de 1% ao mês, e assim tendo transitado em julgado, a taxa SELIC não pode ser aplicada em sede de execução. 2. **O critério para a dispensa da expedição de precatório e inserção nas requisições de pequeno valor deve ser o valor da execução de cada exequente no regime de litisconsórcio e não o valor total da execução, nos termos do art. 4º da Resolução 373, de 25.05.04, do Conselho da Justiça Federal. Precedente.** 3. Recurso especial parcialmente provido (REsp 1086367/AL, Rel. Min. Eliana Calmon, Segunda Turma, DJ 18/12/2008). (G. N.)

DIREITO ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA. LITISCONSÓRCIO. REQUISIÇÃO DE PEQUENO VALOR. CRÉDITOS CONSIDERADOS INDIVIDUALMENTE. PRECEDENTE DO STJ. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. **Tratando-se de execução de pequeno valor, promovida em regime de litisconsórcio ativo facultativo, a aferição da dívida, para os fins do art. 100, § 3º, da Constituição Federal, deverá levar em conta o crédito individual de cada exequente. Precedente do STJ.** 2. Recurso especial conhecido e improvido (REsp 909762/SP, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, Quinta Turma, DJ 19/06/2008). (G. N.)



176
e

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBÚCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

Feitas estas considerações, voto pelo conhecimento do presente recurso de agravo, para negar-lhe provimento, mantendo-se incólume a decisão hostilizada, por seus próprios fundamentos.

É como voto.

Recife, 03 / 10 / 2013.

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator